

BOLETIM 786

Brasília, 109 de maio de 2019

MP da contribuição sindical escolhe presidente e vice na terça-feira

A comissão mista que analisa a medida provisória (MPV) 873/2019, editada para impedir o desconto em folha salarial da contribuição sindical, vai se reunir próxima terça (14), às 10h, para tentar eleger o presidente e do vice-presidente.

A medida provisória, publicada em 1º de março, determina que a contribuição sindical passa a ser feita através de boleto bancário encaminhado à residência do empregado ou à sede da empresa. Também estabelece que a contribuição seja paga apenas pelos trabalhadores que tiverem expressado seu consentimento individualmente.

O texto reforça as mudanças já realizadas pela reforma trabalhista no âmbito da contribuição sindical. No entanto, causou polêmica, visto que, para alguns, estaria ferindo a Constituição Federal e prejudicando a organização dos trabalhadores.

A contribuição dos trabalhadores para os sindicatos deixou de ser obrigatória quando a reforma trabalhista entrou em vigor, mas as empresas ainda podiam descontar o pagamento direto da folha salarial.

Antes da reforma, a contribuição, equivalente a um dia de trabalho, era obrigatoriamente descontada do salário todos os anos na folha do mês de março. A lei de 2017 determinou, então, que o desconto só poderia acontecer mediante autorização prévia e expressa do empregado.



Mesmo com essa nova determinação, em 2018 mais de 100 decisões judiciais permitiram o desconto sem a autorização prévia e individual do trabalhador. Assim, um dos principais argumentos do governo para a implantação da medida é a necessidade de reforçar o que está presente na lei, evitando essa atuação do Poder Judiciário.

Fonte: Agência Sindical

Equipe econômica do governo estuda mudanças nas regras do FGTS

A equipe econômica do governo estuda fazer mudanças no FGTS. Os objetivos são estimular a economia, elevar a rentabilidade do dinheiro e flexibilizar as formas de acesso aos recursos.

O governo analisa inclusive ampliar as possibilidades de saques das contas e a rentabilidade do FGTS. De acordo com o jornal *O Estado de S.Paulo*, os estudos sobre o aumento da rentabilidade do fundo –que tem guardado R\$545 bilhões– estão em fase inicial.

Em 2016, Temer liberou o saque de R\$ 44 bilhões de contas inativas. De acordo com a Caixa, mais de 30,2 milhões de brasileiros tiveram direito ao saque do benefício. A medida ajudou a estimular o PIB (Produto Interno Bruto) daquele ano, que cresceu 1,1% após 2 anos de retração.

Fonte: Poder360



MP que combate fraudes no INSS é aprovada em comissão e segue para o Plenário da Câmara

A comissão mista que analisou a Medida Provisória (871/19) que busca combater fraudes e benefícios irregulares no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aprovou, nesta quinta-feira (9), o relatório do deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR).

Para tentar chegar a um acordo que permitisse a votação, o relator afirma que acolheu mais de 120 emendas das 578 que foram apresentadas por deputados e senadores. E, nesta quinta, Paulo Eduardo Martins apresentou uma complementação de voto, em que acolheu novas sugestões dos parlamentares.

Ele retirou da MP, por exemplo, a previsão de prazo de 180 dias do parto ou adoção para a beneficiária requerer o salário-maternidade. Antes da medida provisória, o prazo para requerer o benefício era de cinco anos. Deputados contrários à redução para 180 dias argumentaram, por exemplo, que muitas trabalhadoras rurais só conseguem protocolar o seu requerimento de salário-maternidade quando o INSS, em ações de atendimento itinerante, visita a cidade ou a comunidade rural de residência da trabalhadora.

Acidentes - Outro ponto acatado pelo relator na complementação de voto foi a manutenção da regra atual no que diz respeito a acidentes com empregados a caminho do trabalho. O parecer de Paulo Eduardo Martins isentava as empresas de ônus nesses casos; mas, para garantir a aprovação, o relator voltou atrás nesse ponto.

Segundo o relator, o objetivo central da medida foi mantido. “O espírito da medida enviada pelo governo foi mantido, a essência dela, que é criação do programa de revisão de benefícios irregulares. Para traduzir, ele cria uma espécie de força-tarefa para analisar os processos que estão sob suspeita e que estão represados no INSS. Um estoque de cerca de 3 milhões de processos”, disse.

Cadastro - Apesar das modificações acatadas pelo relator, alguns pontos continuaram provocando polêmica e foram alvo de destaques apresentados pela oposição.

Um dos destaques tentava jogar para 2029 o prazo para que a comprovação do exercício de atividade rural passe a ser feito exclusivamente com base nas informações do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS. A obrigatoriedade do cadastramento foi estabelecida pela medida provisória, e substitui as declarações emitidas por sindicatos rurais. De acordo com o texto do governo, o cadastro passará a valer já no ano que vem.

Parlamentares alegam que as prefeituras não terão condições de cumprir esse prazo, como a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA). “Nós não somos contrários ao cadastro. O cadastro é importante. Neste caso específico, o que nós queremos é dar tempo para isso”, disse.

A líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), disse que o trabalhador rural não ficará fora do cadastro.

Sindicatos - O outro destaque tentava garantir a participação dos sindicatos no cadastro, que deveria ser mantido pelo Ministério da Economia em parceria com o sindicato do segurado. Mas a modificação também foi rejeitada.

A medida provisória que busca combater fraudes e benefícios irregulares no INSS segue agora para análise do Plenário da Câmara e depois do Senado.

Fonte: Agência Câmara

Para economista, reforma não combate privilégios: 'é muita hipocrisia'

Para a economista e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Cesit-Unicamp) Marilane Teixeira, a audiência realizada pela Comissão Especial da Câmara com o ministro da Economia, Paulo Guedes, pode ser considerada um "fracasso" da perspectiva de quem buscava obter dados para fundamentar a "reforma" da Previdência.

A assessora sindical na área de relações e gênero criticou um dos principais argumentos utilizados pelo ministro no colegiado que analisa o mérito da PEC 6/2019, o de combate aos privilégios. "Mais de 80% das pessoas recebem entre um e até no máximo três pisos previdenciários, que correspondem a R\$ 3 mil. Falar de privilégios para quem recebe esse valor é uma falta de bom senso que mostra, de alguma forma, o distanciamento que a equipe econômica de Bolsonaro tem da realidade objetiva do nosso país", rebate.

"É muita hipocrisia da parte dele (Guedes) ir para a audiência e falar de concentração de renda, alguém que viveu a vida inteira justamente fazendo fortuna com base na especulação financeira", ressalta.

Há ainda outros pontos, de acordo com Marilane, que faltaram ser comentados pelo ministro e sua equipe. Entre eles, o que será feito com o montante poupado, estimado em R\$ 1 trilhão em 10 anos; como farão o financiamento da transição e de que forma se dará o regime de capitalização que rompe com o modelo tripartite que envolve Estado, trabalhadores e empregadores.

Fonte: Rede Brasil Atual



Produção industrial paulista desaba 7,3% em março

A queda na produção da indústria em março foi generalizada e atingiu 9 das 15 regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A redução de -1,3% observada no volume de produção em âmbito nacional sobre fevereiro veio principalmente dos tombos das indústrias de São Paulo e Pará, conforme divulgou o instituto nesta quarta-feira (08).

Apenas de um mês para o outro, a produção em São Paulo recuou -1,3% em março, mesmo índice da média nacional. Não foi a queda regional mais intensa, mas a indústria paulista, responsável por 34% da produção nacional, tem o maior e mais catastrófico impacto sobre a indústria geral. Mas o dado mais expressivo se refere à comparação anual: **a indústria da maior e mais desenvolvida região do país caiu -7,3% sobre março de 2018** – o pior resultado para um mês de março desde 2016. Também foi a queda mais intensa desde abril do ano passado.

De acordo com o IBGE, **o patamar da produção paulista está 21,6% abaixo do seu ponto mais alto, registrado em 2011.**



Resumo - Março/2019

Locais	Variação (%)			Acumulado nos Últimos 12 Meses
	Março 2019/Fevereiro 2019*	Março 2019/Março 2018	Acumulado Janeiro-Março	
Amazonas	-0,5	-10,8	-5,1	-2,1
Pará	-11,3	-12,5	-0,7	7,2
Região Nordeste	-7,5	-7,0	-4,4	-0,7
Ceará	-1,7	-5,4	0,3	-0,1
Pernambuco	-6,0	-4,4	-2,4	3,3
Bahia	-10,1	-6,6	-3,5	-0,3
Minas Gerais	-2,2	-8,2	-2,5	-1,3
Espírito Santo	3,6	-11,1	-8,5	-2,3
Rio de Janeiro	2,9	-1,4	-1,5	1,0
São Paulo	-1,3	-7,3	-2,6	-0,9
Paraná	1,5	2,4	7,8	4,0
Santa Catarina	1,2	3,0	2,8	3,7
Rio Grande do Sul	1,0	3,4	5,5	6,7
Mato Grosso	-6,6	-12,3	-5,0	-1,4
Goiás	2,3	-1,1	2,3	-4,1
Brasil	-1,3	-6,1	-2,2	-0,1

* Série com Ajuste Sazonal

Ao fenômeno que fez com que as fábricas paulistas derrubassem desta maneira a produção de um mês para o outro, o IBGE atribui as dificuldades da indústria automobilística, sobretudo localizada no ABC paulista.

Norte e Nordeste - Na comparação com fevereiro, a produção de março também sofreu, além do baque vindo de São Paulo, grande impacto das indústrias do Pará, cujo recuo em apenas 30 dias foi de -11,3%. Segundo o IBGE, a paralisação de unidades extrativas no Estado tiveram a principal contribuição.

Mas a indústria paraense também recuou sobre março do ano passado, e não foi pouco: **-12,5%**. Na comparação anual, regiões como **Amazonas (-10,8%), Espírito Santo (-11,1%), Mato Grosso (-12,3%)** tiveram quedas acima dos dois dígitos. Nesta base, a queda foi generalizada em 12 das 15 regiões pesquisadas, com destaque para a **Região Nordeste (-7%), Pernambuco (-4,4%) e Bahia (-6,6%)**. **A média nacional sobre março de 2018 foi de queda de -6,1%.**

Das nove regiões em queda de fevereiro para março, o destaque ficou também com a produção da Bahia (-10,1%) e Mato Grosso (-6,6%).

Outra comparação importante da pesquisa regional são os dados do acumulado do ano: no país,

a média foi de queda de -2,2% na produção industrial, carregada principalmente pelos péssimos resultados regionais de 10 dos 15 locais pesquisados. São Paulo, nesta comparação, também teve queda surpreendente de -2,6%. Espírito Santo (-8,5%), Mato Grosso (-5,0%) e região Nordeste foram outros destaques negativos.

Minas Gerais - O estado de Minas teve em março o seu pior resultado em 4 anos. Pelo segundo mês consecutivo a indústria mineira registrou queda que, sobre fevereiro, foi de -2,2% e sobre março passado, de -8,8%.

O rompimento criminoso da barragem da Vale em Brumadinho é uma das razões apontadas para a queda, já que plantas estão paralisadas por questões ambientais e de segurança – além, claro, do desemprego e crise que acometem todos os estados do país.

Desemprego e consumo - “O resultado da indústria está sendo determinado pelo alto nível de desemprego e pelo ambiente político, que acarretam cautela na decisão de investimento por parte dos empresários e no consumo por parte das famílias”, disse o gerente da pesquisa pelo IBGE, Bernardo Almeida.

De acordo com dados apurados pelo próprio instituto, em março 1,2 milhões de pessoas ingressaram na fila dos desempregados no primeiro trimestre do ano, que agora já é formada por uma legião de 13,4 milhões no Brasil.

Diante desses resultados, a expectativa de crescimento da indústria e do PIB do país em 2019 vem sendo sistematicamente reduzida nas previsões do mercado. Ao final do ano passado, estimava-se que a produção cresceria na ordem de 3,2% no ano. Agora, as previsões medianas não passam de 1,8%. Quanto as previsões para o PIB, desabaram de 1,70% para 1,49%, segundo o boletim Focus do Banco Central.

Fonte: Portal HP



Comissão tira Coaf de Moro e dá para Guedes

Por 14 votos a 11, a comissão especial mista que analisa a Medida Provisória da Reforma Administrativa (MP 870/19) decidiu tirar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça e Segurança Pública do ministro Sérgio Moro e transferi-lo para o Ministério da Economia do ministro Paulo Guedes.

A permanência do Coaf na pasta comandada por Sergio Moro era defendida pelo ministro. A mudança teve o apoio dos partidos do chamado centrão (DEM, PP, PSD, PR, PTB, PRB, Pros, Podemos e Solidariedade) e da oposição.

Criado em 1998, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Coaf é uma órgão de inteligência financeira do governo federal que atua principalmente na prevenção e no combate à lavagem de dinheiro.

Outra decisão do relator, senador Fernando Bezerra, foi de incluir no parecer um dispositivo que proíbe a Receita Federal de compartilhar informações com outros órgãos, mesmo que detecte crimes ou indícios de crimes.

Demarcação - A comissão também aprovou, por 15 votos a 9, emenda para que a demarcação de terras deixe de ser uma atribuição do Ministério da Agricultura (Mapa). Os parlamentares decidiram suprimir do texto da MP o trecho que transferia essa responsabilidade ao Mapa. **Tramitação** - A votação desta quinta-feira foi apenas a primeira etapa da MP que trata da reforma administrativa. As mudanças aprovadas hoje ainda precisam ser também aprovadas pelo plenário da Câmara e depois pelo do Senado. Para não expirar, o texto de conversão da medida provisória precisa ser ter a votação concluída nas duas Casas até o dia 3 de junho.

Fonte: Agência Brasil

Ataque à educação leva às ruas estudantes, professores e pesquisadores

No aquecimento para a greve nacional de setores da educação no próximo dia 15 de maio, professores, estudantes e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento realizaram a Marcha pela Ciência – Contra os cortes e o desmanche da Educação.

Os atos, realizados em todo país, além de anteciparem a paralisação geral contra a "reforma" da Previdência, ocorrem contra o bloqueio de 30% da verba destinada às universidades e institutos federais, repudiado nesta quarta nas cidades de Curitiba, Natal, Niterói, Porto Alegre, Recife e São Paulo, à exemplo do ato no Colégio Militar do Rio de Janeiro no início da semana.

Mas, enquanto os atos ocorriam pelos municípios, era anunciada a suspensão de novas bolsas de mestrado e doutorado. O corte atinge alunos que apresentaram trabalhos recentemente em processo seletivos já concluídos ou em andamento.

Uma nova mobilização está marcada para o dia 15 de maio em repúdio aos cortes na educação e contra a "reforma" da Previdência.

Fonte: Rede Brasil Atual

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS